

# COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA TEORIA E NA EMPÍRIA: aspectos da produção científica brasileira recente<sup>1</sup>

## PUBLIC COMMUNICATION IN THEORY AND EMPIRE: aspects of Brazilian scientific production

Michele Goulart Massuchin<sup>2</sup>

Claudia Irene de Quadros<sup>3</sup>

Fabia Cristiane Ioscote<sup>4</sup>

Paula Andressa de Oliveira<sup>5</sup>

**Resumo:** O artigo discute aspectos inerentes à Comunicação Pública enquanto conceito mobilizado nas pesquisas desenvolvidas na área da Comunicação no cenário brasileiro. Para tanto, tem-se como locus de observação a produção científica que traz no seu escopo a proposta de dialogar – seja em maior ou menor grau – com tal perspectiva. Para permitir as reflexões empreendidas, foram analisados 276 trabalhos, a partir de uma perspectiva bibliométrica para revisões sistematizadas. Posteriormente, os dados foram analisados também em diálogo com a revisão narrativa. A discussão sobre o desenvolvimento do conceito se divide em cinco eixos que tratam I) da distribuição espacial e institucional das pesquisas; II) da rede de citações engendrada; III) dos aspectos temáticos e objetos que mais são atravessados pelo viés da Comunicação Pública; IV) dos principais emissores observados e, por fim, V) a respeito da centralidade do conceito dentro do desenho de pesquisa apresentado.

**Palavras-Chave:** Comunicação Pública. Produção científica. Área de pesquisa. Conceito.

**Abstract:** This paper discusses aspects of public communication as a concept mobilized by researchers in the Communication field in Brazil. Therefore, the observation is about scientific production that has a dialogue with this theme. The empiric research analyzed 278 papers from a bibliometric perspective for systematized reviews. Subsequently, the data were also observed in dialogue with the narrative review. The discussion is divided into five sections: I) the spatial and institutional distribution of research; II) the thematic aspects and objects most observed; III) the institution that promote the public communication; IV) the citation networks; and, finally, V) the centrality of this concept in the research design.

**Keywords:** Public communication. Scientific production. Research area. Concept.

## 1. Introdução

O conceito de Comunicação Pública ganhou centralidade nas últimas décadas no Brasil. Exemplos disso são a quantidade de trabalhos referenciando tal perspectiva teórica, o claro espaço para essa discussão em diversos eventos, atravessando distintos GTs, e uma associação própria, a ABCPública. Assim, verifica-se uma mobilização frequente, que indica avanços,

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Comunicação Organizacional do 32º Encontro Anual da Compós. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 03 a 07 de julho de 2023.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná, doutora, [mimassuchin@gmail.com](mailto:mimassuchin@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Paraná, doutora, [clauquadros@gmail.com](mailto:clauquadros@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Federal do Paraná, doutoranda, [jornalistafabaioscote@gmail.com](mailto:jornalistafabaioscote@gmail.com)

<sup>5</sup> Universidade Federal do Paraná, doutoranda, [paulaandreolioliveira@gmail.com](mailto:paulaandreolioliveira@gmail.com).

mas não significa que não haja lacunas a serem mapeadas a partir da observação sobre como o campo tem empreendido seus esforços (ROTHBERG, 2020).

Neste sentido, menciona-se que o conceito é compreendido de forma bastante diversa e a partir de diferentes dimensões (MIOLA; MARQUES, 2017; ROTHBERG, 2020). Se por um lado, por vezes, há um esforço em ampliar os usos e apropriações (MATOS; GIL, 2019), por outro existem percalços para a observação na sua forma empírica, revelando inconsistências e dificuldades sobre o que efetivamente deve ser considerado em uma análise de realidades tão distintas (MIOLA; MARQUES, 2017). Muitas vezes, o conceito é usado quase como um sinônimo da comunicação estatal, mas este é somente um dos agrupamentos de emissores (BRANDÃO, 2012). Ou seja, há uma variedade de promotores de Comunicação Pública, desde a sociedade civil organizada ao Estado e suas múltiplas faces (universidades, ministérios, fundações de pesquisa, dentre outras). E nem sempre a Comunicação Pública é emitida por “veículos públicos”. As instituições também usam de outras mídias não-públicas para propagação de conteúdos (MIOLA; MARQUES, 2017). Sobre o conteúdo das mensagens, predomina a ideia do interesse público ou comum (KUNSCH, 2012; MATOS; GIL, 2013), mas isso estabelece poucos limites e faz com que tudo possa ser definido como tal, o que leva ao debate sobre o que não seria, então, Comunicação Pública (ROTHBERG, 2020).

Sobre a complexidade que envolve a Comunicação Pública, Weber e Locatelli (2022, p.141) atrelam às situações que “envolvem disputas, controvérsias, conflitos, pactos e decisões entre atores sociais e políticos”, o que traz desafios às pesquisas. Isso se complementa ao fato de que a comunicação das instituições se tornou fundamental em um cenário de deslegitimação da esfera política e de saúde. É preciso, ainda, mencionar o processo de captura da Comunicação Pública por parte de governos, seja em órgãos federais (MARQUES; MIOLA, 2020) ou nos municípios (OLIVEIRA, 2021). E, em muitas ocasiões, a ideia de uma comunicação que atenda unicamente o interesse público deixa de lado o constante debate entre a difusão de informação fundamental às democracias e uma atuação estratégica atrelada à construção da imagem institucional (MIOLA; MARQUES, 2017), reforçando as nuances entre a Comunicação Pública e política (WEBER; LOCATELLI, 2022).

Dada essa diversidade de possibilidades analíticas, abordagens e problemáticas inseridas no subcampo, os trabalhos têm dificuldade em “observar as especificidades da Comunicação Pública que pudessem justamente [ser] aguçadas nos contextos analisados” (ROTHBERG, 2020, p. 262). E construir um desenho de pesquisa calcado no conceito de Comunicação Pública é um desafio. Weber e Locatelli (2022, p. 149) reiteram, por exemplo, que “torna-se

menos relevante ter como objetivo de pesquisa rotular se a comunicação de cada ator é ou não pública”. Isso porque a comunicação está sempre em um terreno de disputa e, assim, o que importa é se ela se torna “mais ou menos pública ao longo do tempo” e “como se comporta no jogo político dos fatos sociais” (WEBER; LOCATELLI, 2022). Ou seja, importa menos dizer se é ou não pública e o é mais relevante seria verificar que contribuições a comunicação dos variados emissores oferecem para a democracia, mesmo em contextos de conflito.

Com esses desafios mencionados, percebe-se que não é possível discutir tais problemáticas do subcampo sem olhar para a própria produção e avaliar o que tem sido investigado. Assim, o *paper* busca auxílio dos estudos bibliométricos e cientométricos para mapear elementos relevantes que permitem um diagnóstico da mobilização do conceito de Comunicação Pública. Isso é importante dadas as questões apresentadas, a intensidade de uso do conceito e a relevância que a própria comunicação das variadas instituições possui em um contexto complexo político e socioeconômico. Da mesma forma, esta proposta se junta a outros esforços de compreender os debates, avanços e impasses do campo, tais como aqueles propostos por Weber e Locatelli (2022) e Miola e Marques (2017).

Para tanto, tem-se como objeto 276 artigos e *papers*, os quais foram publicados entre 2013-2022, considerando o recorte de eventos e algumas revistas científicas. Os textos são oriundos de onze fontes de dados e servem como base para discutir os aspectos inerentes à Comunicação Pública. Soma-se a estes dados sistematizados uma revisão de aspecto narrativo, na tentativa de compreender e expor nuances importantes da construção da pesquisa na área. Com base nessas duas perspectivas analíticas, são discutidos cinco pontos que se sobressaem nas observações e movem as reflexões deste *paper*: I) a distribuição espacial e institucional das pesquisas; II) os aspectos temáticos predominantes e objetos que mais são atravessados pelo viés da Comunicação Pública; III) os emissores mais observados; IV) a rede de citações engendrada e, por fim, V) o modo como o conceito tem sido mobilizado dentro do desenho de pesquisa apresentado. O texto, portanto, a partir desta introdução, tem um próximo tópico que detalha os aspectos metodológicos e, na sequência, problematiza os eixos acima.

## **2. Abordagem de análise: aspectos metodológicos e detalhamento do objeto**

Para o mapeamento da produção, considerado como o ponto de partida para as reflexões e *insights* apresentados neste texto, optou-se pela observação sistematizada dos dois periódicos ligados às associações de pesquisadores e Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil, Intercom e E-Compós, respectivamente. A estas foram adicionadas mais duas revistas relacionadas às subáreas da comunicação, que possuem forte vínculo com o conceito – a

comunicação organizacional e a comunicação política –, sendo elas a *Organicom* e a *Compolítica*. No leque de periódicos foram inseridos, ainda, mais três: *Reciis*, *E-Legis* e *Matrizes*. As duas primeiras possuem relação com Programas de Pós-Graduação que adentram instituições produtoras de Comunicação Pública – *Fiocruz* e *Câmara dos Deputados*. No caso da *Revista Matrizes*, a inclusão se deu pelo seu perfil agregador de discussões teóricas, o que permitiria verificar como o conceito é discutido para além da relação com objetos empíricos<sup>6</sup>.

Considerando que os congressos aventam os primeiros avanços que um campo de pesquisa apresenta, dado o fluxo mais rápido, optou-se também pelo mapeamento do debate sobre Comunicação Pública nos seguintes eventos: *Compós*, *Intercom*, *Compolítica* e *Abrapcorp*. Ressalta-se que o recorte temporal considerou os últimos 10 anos (2013-2022)<sup>7</sup>, o que permite um retrato recente do tema em desenvolvimento. Apesar da possível concentração de textos em determinados Grupos de Trabalho que possuem a Comunicação Pública em seu escopo, optou-se pela busca em todos os trabalhos apresentados.

A abordagem dos textos para a tomada de decisão quanto à inclusão (ou não!) no banco de dados da pesquisa se deu a partir de um conjunto de estratégias que mitigassem possíveis falhas nas buscas, feitas de forma manual<sup>8</sup>. É preciso inicialmente considerar que a depender das plataformas – de cada evento ou revista – havia diferentes possibilidades de busca<sup>9</sup>. No caso de periódicos foram utilizadas duas formas de acesso aos textos: (a) pelo buscador por meio da palavra-chave “Comunicação Pública” ou (b) acessando cada uma das edições e textos quando não havia tal opção. Em relação aos eventos, havia diversos caminhos distintos para buscas. No caso da *Abrapcorp* os anais em *epub* facilitavam a busca por palavras-chave. No *Intercom* não havia possibilidade de busca automática e, dessa forma, todos os itens indexadores foram lidos<sup>10</sup>. Na *Compós* havia buscador, então foi usada tanto a estratégia automatizada quanto a de verificar títulos e, sendo o tema ou emissor de interesse, era feita uma verificação detalhada no resumo. Na *Compolítica*, apesar dos anais estarem organizados com possibilidade de busca automática, esta se dava apenas no título, sendo, portanto, feito o

---

<sup>6</sup> Informações sobre perfil e a relação com instituições políticas e de pesquisa podem ser encontradas nos sites dos periódicos.

<sup>7</sup> No caso da *Revista Intercom* e *Compolítica*, no momento da coleta dos dados (fev/2023), as duas últimas edições não estavam disponíveis. No caso da *E-Compós*, nos últimos dois anos havia uma única edição anual. No caso da *E-Legis*, as edições especiais também foram consideradas no monitoramento.

<sup>8</sup> A busca dos textos para formação do banco de dados foi realizada pelas seguintes pesquisadoras: Michele Goulart Massuchin, Fábila Ioscote, Paula Andressa de Oliveira, Chirlei Kohls e Naiza Comel.

<sup>9</sup> A única revista que não proporcionou a busca por palavra-chave foi a *E-legis* que, em sua página, não continha tal opção.

<sup>10</sup> Foram incluídos apenas os GPs do congresso nacional da *Intercom*, desconsiderando o *Intercom Junior*.

uso da abordagem manual e automática. A inclusão do material na base de dados se dava somente quando o termo de interesse era identificado no título, resumo ou palavra-chave<sup>11</sup>.

Este trabalho resultou na matriz de dados com 276 artigos<sup>12</sup> que davam espaço importante ao conceito de Comunicação Pública, citando-o nos espaços mais relevantes que servem como “selecionadores” dos leitores (CARAMELLI, 2011) e que, de alguma forma, também indica a centralidade do conceito para os autores, já que o termo foi priorizado em tais espaços. Após esta seleção, os textos foram analisados com base na perspectiva da Análise de Conteúdo, considerando alguns elementos advindos da análise bibliométrica e cientométrica, tais como: autoria e origem das pesquisas; tipo de texto (se teórico ou empírico); subtema da Comunicação Pública; objeto de análise; tipo de emissor e nível de mobilização do conceito.

Por último, para além da análise do conteúdo, foi feito um recorte considerando apenas 50 textos publicados em revistas – que são aqueles que passam pela avaliação por pares e possuem um tempo de produção mais amplo –, dos quais foram observadas as referências utilizadas. A finalidade é compreender quais os autores e autoras mais utilizados, a distribuição geográfica dos mais citados e, também, a distribuição temporal destas citações. Os dados do componente “referências” deram origem a uma segunda matriz de dados com 1.323 materiais citados. Com auxílio dos softwares Excel e Gephi, os dados foram manipulados para apresentação no eixo que discute a rede de citações.

### 3. Distribuição espacial e institucional das pesquisas

Os dados revelam uma grande preponderância de trabalhos publicados em anais de eventos: foram localizados 223 *papers* nos anais da Compós, Intercom, Compolítica e Abrapcorp, o que representa 80% da amostra, com destaque aos anais do Intercom. O evento, nos dez anos analisados, apresentou 117 trabalhos sobre Comunicação Pública, sendo responsável, assim, por 42% do total. Ainda que os congressos tenham a possibilidade de apresentar um número superior de pesquisas a cada ano, é preciso chamar a atenção para o baixo número de artigos sobre o tema em revistas da área, selecionadas neste recorte. Juntos, os sete periódicos analisados publicaram 53 pesquisas em 10 anos. A Organicom e E-Legis se destacam, com 16 e 14 trabalhos, respectivamente. A presença da Comunicação Pública em

---

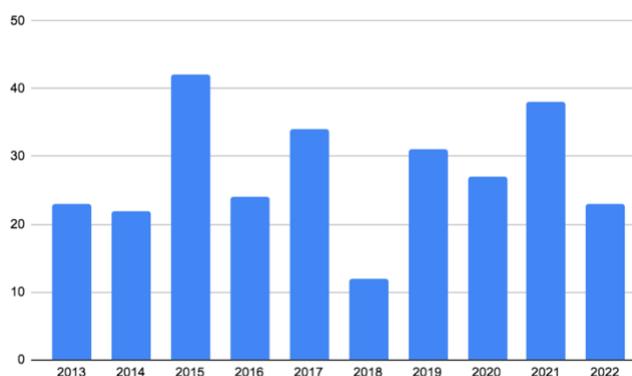
<sup>11</sup> As autoras reconhecem que pode haver trabalhos que tratem do tema, mas que não o tenham citado nos três locais usados como linha de corte, o que pode ser evidenciado por Lima (2008) que mostra problemas nas Ciências Sociais no processo de estruturação de resumos. Por outro lado, o não destaque neste espaço, também indica a ausência ou menor centralidade do conceito para a pesquisa publicada.

<sup>12</sup> Dos 276 textos incluídos na matriz de dados, nem todos foram possíveis de serem observados na sua totalidade por problemas nos links, principalmente na Abrapcorp e Compolítica. Foi feito contato com as associações, mas os problemas pontuais ainda estão em fase de resolução no momento da conclusão do texto. Assim, 32 dos 276 textos não entraram em parte das análises realizadas.

outros periódicos tradicionais da área é ainda mais tímida – a exemplo de E-Compós (três), Compolítica (dois) e Intercom (dois). Seria comum esperar que, com espaço dedicado a debates sobre Comunicação Pública em eventos, estes resultassem, posteriormente, em publicações de artigos nos periódicos. Infere-se que isso pode ocorrer por questões que envolvem escolhas editoriais das revistas e exigências maiores na análise por pares – com a ressalva importante de que outros periódicos da área não fazem parte desta análise.

Em relação à distribuição temporal, o Gráfico 1 mostra que, apesar de oscilações, este é um tema de contínuo interesse de pesquisadores. Três anos podem ser destacados com relação à produtividade: 2015 (42), 2017 (34) e 2021 (38). Aqui, também é necessário ponderar como ocorre essa distribuição em anais e periódicos, como discutido anteriormente. Uma situação deve ser evidenciada: em 2015, das 42 duas pesquisas coletadas, 25 são de Anais do Intercom. Em 2018, a menor incidência da amostra, as publicações também foram concentradas. Dos 12 trabalhos, oito são dos Anais do Intercom e quatro oriundos do Congresso da Abrapcorp. Portanto, reforça-se a ausência, em muitos momentos, da discussão e análises da Comunicação Pública nos periódicos tradicionais da área aqui analisados.

GRÁFICO 1  
Distribuição dos trabalhos sobre Comunicação Pública por ano (2013-2022)



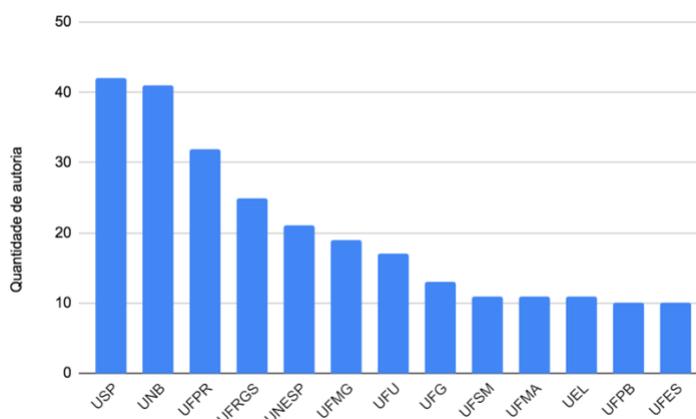
FONTE - As autoras (2023)

Considerando dificuldades no acesso a trabalhos dos Anais Abrapcorp de 2018, 2019 e 2020, assim como trabalhos veiculados em Anais da Compolítica de 2019 e 2021 e da falta de possibilidade de acesso de uma pesquisa do evento da Compós (2016), os próximos resultados têm como base 244 trabalhos observados na íntegra. Entende-se que a impossibilidade de acessar estas pesquisas não compromete a visão geral da área proposta neste *paper*.

Quanto ao número de autores, a maior parte é de trabalhos de autoria única (106 ou 43%). Com dois autores foram identificadas 107 pesquisas (43,5%). Em seguida, aparecem

produções com três autores (8,9%) e quatro (3,2%). Apenas um trabalho é assinado por cinco pesquisadores. Verifica-se neste conjunto 28 parcerias de pesquisadores de diferentes instituições em todo o *corpus*, que indicam a possibilidade de crescimento da interlocução entre universidades e grupos de pesquisa que estudam Comunicação Pública. Entre as parcerias localizadas estão, por exemplo, aquelas entre a UFG, UFPR e UnB<sup>13</sup> e entre UFRGS e UFSC<sup>14</sup>. No que diz respeito ao vínculo dos pesquisadores, identificou-se, entre os três primeiros autores (414, no caso), localização preponderante no Sudeste (45,1%). O Sul aparece na sequência, com 106 autorias. A região com o menor registro foi o Norte, com apenas sete<sup>15</sup>.

GRÁFICO 2  
Instituições de destaque das três primeiras autorias dos trabalhos



FONTE - Autoras (2023)

Quanto às universidades, a USP (42 autorias) e a UnB (41) se mostram bem à frente de outras instituições. As duas instituições apresentam pesquisas publicadas em praticamente todos os anos analisados (apenas em 2020 não houve registros de autoria da USP). Investigadores de ambas têm uma longa trajetória na pesquisa em Comunicação Pública, a exemplo Heloiza Matos e Nobre (USP), responsável por alguns dos principais ensaios na busca pela definição do termo que datam, ao menos, de meados de 2002. Outros professores da USP possuem produções – Mariângela Haswani e Eugênio Bucci – e muitas das pesquisas que aproximam as relações públicas e a comunicação organizacional da Comunicação Pública advém da instituição.

Na UFPR, as pesquisas sobre Comunicação Pública passam a ser mais intensas a partir de 2017. Em 2021, a UFPR alcança o maior número de publicações em anais e periódicos.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0738-1.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matriz/article/view/183849/181965>. Acesso em: 08 mar. 2023.

<sup>15</sup> Nordeste e Centro-Oeste apresentaram 43 e 60 registros, respectivamente. Foram localizados, ainda, vínculos a instituições internacionais (11).

Ainda que não tenha grupos que pesquisam exclusivamente Comunicação Pública, professores vinculados ao Grupo em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP) e ao Grupo em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE) desenvolvem e orientam pesquisas relacionadas à Comunicação Pública, mas especialmente aquela alinhada ao Estado e suas interfaces. Pesquisadores do Grupo Comunicação para o Século XXI (COMXXI) também atuam nas relações entre comunicação organizacional e pública. Além disso, nos últimos anos, pesquisadores da instituição têm ampliado os estudos de Comunicação Pública para a Ciência, com a atuação da Agência Escola de Comunicação Pública e Divulgação Científica, que desenvolve pesquisa e extensão nesta temática.

A UnB possui Grupo de Pesquisa que, ainda que ligado à área de Assistência Social, desenvolve investigações na interlocução com a Comunicação Pública. O Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social (Compass) é liderado pela professora e pesquisadora Kênia Figueiredo que, em nosso levantamento, participou de dois trabalhos. Na área de Comunicação e Informação, destaca-se Elen Geraldês (com envolvimento em cinco trabalhos em anais e um em periódico), que integra o Grupo de Pesquisa Estado, Informação e Sociedade, coordenado por Georgete Medleg. É importante mencionar também que tais pesquisadores e pesquisadoras conformam redes de orientações também responsáveis pelas publicações de tais instituições. Graça França Monteiro, por exemplo, trata da Comunicação Pública para a Ciência, e Fernando Oliveira Paulino, relaciona a Comunicação Pública à cidadania, à democracia e aos direitos humanos.

A UFRGS (25 autorias), a UNESP (21) e a Universidade Federal de Minas Gerais (com 19), ainda que com certas diferenças, também apresentam produções significativas no decorrer dos 10 anos analisados. Quanto à UFMG, aparecem produções de Marcio Henrique Simeone e Angela Marques e de diversos outros pesquisadores ligados, principalmente, por meio de orientações. No caso da UFRGS, pode-se destacar o Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP), que tem como líder Maria Helena Weber - que, inclusive, é responsável pelo Observatório da Comunicação Pública. Na UNESP, destaca-se a atuação de Danilo Rothberg, com diversas publicações e trabalhos em co-autoria.

#### **4. Aspectos temáticos pelo viés da Comunicação Pública**

Dos 244 textos que tiveram o conteúdo textual analisado, 62 são teóricos e 182 são empíricos. A maior parte dos artigos observados aborda a diversificação dos conceitos. Em Quadros et al. (2022), esses conceitos são apontados até mesmo como divergentes quando considerados autores, países e contextos. Nota-se que são poucos os estudos que observam a

Comunicação Pública também a partir da perspectiva das pessoas. Os *papers* dos primeiros anos da década selecionada trazem definições de autores considerados clássicos na literatura de Comunicação Pública, como Brandão (2012), Duarte (2012), Matos (2012a, 2012b) e Zémor (1995, 2009) para aproximá-las da discussão sobre os objetos analisados, o que poderá ser percebido de forma mais exata na observação das referências utilizadas. Os mesmos autores são citados em estudos mais recentes, mas observa-se um maior esforço em alguns textos para repensar a Comunicação Pública a partir do contexto, dos objetos e das pessoas. Quanto a discussões mais recentes, dois trabalhos podem ser destacados – o primeiro deles é de Miola e Marques (2017) e o segundo de Curtinovi e Mesquita (2014), com dados quantitativos do Grupo de Pesquisa Comunicação Política do Intercom, que apontam a falta de discussão sobre o conceito de Comunicação Pública nos artigos do GP. Observam ainda que, muitas vezes, a radiodifusão é tratada como sinônimo de Comunicação Pública, sobretudo nos anos iniciais do GP (2000 a 2013).

Partindo para os subtemas, ainda que a literatura aborde que a Comunicação Pública não está apenas relacionada às instituições públicas (WEBER, 2007, 2009, 2011), os estudos estão concentrados na Comunicação Pública governamental e de Estado. A Radiodifusão é um subtema frequente nos estudos de Comunicação Pública, havendo uma preocupação maior em distinguir os conceitos em alguns trabalhos. Argumenta-se que não basta ser do governo/Estado para fazer Comunicação Pública, pois está diretamente identificada com algo de interesse público. Os artigos que tratam deste subtema criticam a radiodifusão pública no Brasil, sobretudo no governo Bolsonaro. Mas em alguns casos, a discussão da Comunicação Pública é superficialmente trazida para as produções.

TABELA 2  
Subtemas da Comunicação Pública

<b>Subtemas tratados nos artigos de Comunicação Pública</b>	<b>Quantidade</b>
Comunicação Governamental/de Estado	94
Outros	31
Radiodifusão Pública	25
Comunicação Pública para Ciência	23
Comunicação e Saúde	23
Comunicação e Direito à informação	18
Comunicação e Justiça	16
Comunicação e Cidadania	14
Total Geral	244

FONTE – AUTORAS, 2023.

A Comunicação Pública para ciência também se faz presente em 23 textos, mas vale mencionar que não se limita à divulgação científica nos meios de comunicação, ainda que

muitos dos textos tratem da relação cientista, meios de comunicação e assessoria de imprensa. A opinião do público sobre ciência também é apresentada quando se aborda a Comunicação Pública. Os conceitos de Comunicação Pública são confrontados com as propostas de ciência aberta e a comunicação cidadã em alguns trabalhos. As diferenças são apontadas para a melhor compreensão da Comunicação Pública para a ciência, que envolve a participação de diferentes públicos em diferentes etapas do processo comunicacional.

No caso da temática Comunicação e Saúde, a Comunicação Pública é discutida em campanhas governamentais (federais, estaduais e municipais) sobre as mais diversas doenças, como HIV, Sarampo e Poliomielite. A vitimização do idoso também é abordada a partir da Comunicação Pública com a análise de múltiplos objetos (jornal, portal do Ministério da Saúde e Facebook). As políticas públicas e a desinformação na área da saúde também têm recebido atenção nos estudos mais recentes, procurando demonstrar a importância da Comunicação Pública no combate às notícias falsas. Essas publicações estão concentradas nas revistas *Reciis* e *Organicom* e nos congressos da *Abrapcorp* e *Intercom*. Salienta-se que casos empíricos são explorados, mas o conceito de Comunicação Pública não. De forma implícita, ela é citada por tratar-se de uma instituição do governo, seja municipal, estadual ou federal.

A categoria Comunicação e Direito à Informação apresenta 18 artigos. Muitos abordam a Comunicação Pública a partir da perspectiva deliberacionista. O direito à informação é apresentado como requisito fundamental para “o empoderamento da sociedade civil, e apresenta as atribuições do Estado no fortalecimento de uma cultura política realmente democrática” (GIL, 2013, p. 1). Há textos que exploram determinantes da Lei de Acesso à Informação, LAI. Nestes casos, a Comunicação Pública é acionada por valorizar a transparência e incentivar o diálogo com o cidadão, mas percebe-se que apenas é citada e os conceitos não debatidos. A categoria Comunicação e Justiça, com 16 artigos, promete em alguns casos relacionar o jornalismo com a Comunicação Pública, mas não apresentam mais do que uma citação sobre a importância de o governo prestar contas à população. A visão sobre as diferentes perspectivas da Comunicação Pública é apresentada para argumentar a sua importância na gestão pública como forma de exercer a responsabilidade social.

A intersecção entre Comunicação Pública e Cidadania está presente em 14 trabalhos analisados e os debates incluem a defesa de que “o sentido fundamental da comunicação pública é o da tomada da palavra pela sociedade” (GIL; MATOS, 2013, p. 256). Em texto posterior de autoria de Matos (2016), em parceria com Jorge Pereira Filho, os autores reforçam que a participação é uma das questões centrais do conceito. Oliveira e Matos (2016), por sua

vez, apresentam reflexões sobre as relações entre Comunicação Pública, educação e cidadania. Chama a atenção, nesta categoria, que metade das contribuições dos pesquisadores compreendem estudos teóricos, caso dos exemplos anteriores. Como exemplo de estudos empíricos tem-se a mobilização em torno do movimento “Democracia Real Já! – 15M” e estratégias de comunicação de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

As inúmeras variações no uso do conceito ficam ainda mais evidentes quando se verifica os trabalhos que não puderam ser incluídos nas categorias anteriores. Outras perspectivas verificadas na categoria “outros” incluem, em mais exemplos, relações com projetos educacionais de extensão, análises de coletivos de mídia, comunicação de crise no âmbito da energia nuclear e contribuições da Comunicação Pública para a diversidade cultural.

Outro elemento que colabora para compreender as pesquisas que abordam a Comunicação Pública é o objeto analisado. Os dados mostram que 25% dos 182 textos empíricos trabalha com múltiplos objetos, demonstrando que a área compreende a necessidade de observar o contexto a partir de diferentes perspectivas (WEBER; LOCATELLI, 2022). Por outro lado, ao ampliar o universo pesquisado, há mais possibilidade de explorar os objetos selecionados com menos profundidade. As mídias sociais digitais também têm destaque nos artigos (36), obtendo 19,5% do total. O interesse por esse objeto foi aumentando à medida que o uso das mídias sociais digitais se popularizou, apresentando, em 2021, o maior número de trabalhos (9). O interesse pelos websites ficou em 3º lugar e sua presença se concentra no ano de 2015 (9). Somadas essas duas categorias, que fazem parte dos estudos da comunicação digital, há 67 artigos. Vale mencionar que encontramos o termo Comunicação Pública digital (ROTHBERG; GIORGI, 2017). Nestes casos, a aproximação com a Comunicação Pública é relacionada ao interesse público, à transparência e ao diálogo.

TABELA 3  
Objetos analisados nos textos empíricos

<b>Objeto de análise</b>	<b>Quantidade</b>
Múltiplos objetos	46
Mídias Sociais Digitais	36
Websites	31
Outros	25
Produtores	21
Televisão	11
Público	9
Rádio	5
Total Geral	184

FONTE - AUTORAS, 2023

A categoria outros, com 25 textos, representa 13,59% da amostra. Aqui os pesquisadores analisam outras formas de diálogo com a sociedade, como fóruns, interações das organizações com a sociedade e os relacionamentos sociais. Também fazem parte desta categoria estudos sobre divulgação científica, jornalismo científico e assessorias de comunicação. Nota-se que os produtores da Comunicação Pública são analisados em 21 artigos. Os pesquisadores procuram conhecer a visão de assessores que trabalham com a Comunicação Pública em diferentes instituições para compreender gestão, processos produtivos, formação de cidadania etc. A televisão ocupa o sexto lugar do ranking de objetos analisados nos estudos de Comunicação Pública, sendo que o foco é a análise do espaço aberto para o público na TV, como funcionam as televisões de assembleias legislativas, Câmara dos Deputados, universidades e coberturas televisivas sobre cotas raciais nas emissoras públicas, além de campanhas de saúde nas emissoras de televisão comerciais.

Já o público está presente em nove artigos. De forma teórica, a participação do público é discutida e valorizada nas esferas públicas. Nos estudos empíricos, analisa-se a qualidade da participação de cidadãos, de movimentos populares e jovens de periferias. Embora muitos textos destaquem a importância das pessoas no desenvolvimento da Comunicação Pública, ainda são poucas as pesquisas sobre esses sujeitos. Entre os textos que estudam o público, destacamos o de Henriques e Caldeira (2016). Por último aparece o rádio, em cinco artigos, sendo que o foco está na rádio pública com discussões sobre leis de radiodifusão, campanhas e comunicação de grupos.

## **5. Emissores privilegiados nas investigações**

Uma das dimensões analíticas apontadas por Miola e Marques (2017) quando o conceito de Comunicação Pública é mobilizado é justamente quanto a quem faz a comunicação, ou seja, quem são os responsáveis em promovê-la. Para a observação da produção científica, então, optou-se por ampliar o escopo apresentado, por exemplo, por Brandão (2012), diferenciando-se a comunicação realizada por instituições de pesquisa (tais como fundações e instituições de pesquisa) das universidades, tornando as possibilidades mais específicas. Apesar do amplo foco que se dá no Estado enquanto “emissor”, compreende-se que há diversas

sub possibilidades neste âmbito, sendo diferente a comunicação de um ministério ligado estritamente ao executivo em relação à produção de conteúdo da EBC.

Menciona-se que dada a amplitude do conceito, como destacado ao longo do texto, consideramos tanto aqueles emissores ligados ao Estado quanto aqueles inerentes à sociedade civil organizada que podem se materializar em conselhos deliberativos, os quais se espraiam nas últimas décadas no Brasil, especialmente com o governo Lula (MATOS; GIL, 2013), atravessando diversas áreas, da educação à saúde e meio ambiente (ALMEIDA et al., 2015), até movimentos sociais e coletivos (como aqueles relacionados às mulheres, por exemplo). Apesar dessa amplitude, o foco tem sido empresas públicas (22%), onde podemos citar, por exemplo, a EBC e o Banco do Brasil. Órgãos intrínsecos ao executivo e legislativo também se destacam em comparação à sociedade civil. Considerando de forma conjunta as esferas nacional, estadual e local, estes chegam a mais de um terço das instituições que tiveram sua comunicação analisada em algum aspecto. Assim, mesmo que se considere a pluralidade de emissores, aqueles ligados ao Estado têm sido privilegiados nas pesquisas.

TABELA 4  
Emissores estudados nos trabalhos analisados (N=244)

<b>Tipo de Emissores</b>	<b>N</b>
Empresas públicas	54
Executivo Local/Estadual	47
Sem foco em emissor específico	23
Executivo Federal	23
Universidades	20
Legislativo Local/Estadual	17
Outros	16
Judiciário	12
Sociedade Civil	11
Órgãos de pesquisa	9
Legislativo Nacional	8
Imprensa	4
Total	244

FONTE - AUTORAS, 2023

É importante reforçar que o contexto recente pode ter contribuído com o aumento das pesquisas com tais ênfases. Weber e Locatelli (2022, p. 144) apontam que não faz sentido associar a Comunicação Pública à atores antidemocráticos e que o Estado, por vezes, “resvala para disputas simbólicas e políticas em torno de seus projetos” e “evidencia a promoção de interesses privados [e o] desejo de conquistar opiniões e imagem pública favoráveis”. Assim, diversas pesquisas sobre a comunicação do executivo federal ganharam evidência durante o

período do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), principalmente acompanhando a comunicação de ministérios (COELHO; MUSTAFÉ, 2022; MIOLA; MARQUES, 2020).

Outro eixo emissor que ganhou preponderância, havendo relação com os últimos anos, foi a comunicação das instituições de ensino, também em um contexto de descrédito da comunicação científica e de ataques às universidades públicas. E, apesar de não haver aumento nesta última metade da década em relação à primeira metade do período incluído no *paper*, nota-se pesquisas que questionam o desmonte da Comunicação Pública a partir da menor quantidade de recursos para a EBC e da influência em sua linha editorial (LUZ, 2019; CARVALHO, 2019). Esse contexto, estabelecendo um paralelo com os estudos com foco no Estado, indica que os “vícios e equívocos acumulados ao longo dos anos estão impregnados nas práticas atuais” inerentes a estas instituições no Brasil (MATOS; GIL, 2013).

Se as empresas públicas têm se destacado em função da política nacional, outro ponto importante é a considerável presença da observação de um cenário subnacional – seja do executivo ou do legislativo, que juntos chegam a 26% das instituições analisadas. Além disso, percebe-se que esse tipo de instituição observada (secretaria estadual, assembleias, prefeituras, câmara etc.) também ganha mais evidência nos últimos anos monitorados, indicando uma mudança no cenário apontado por Oliveira (2021). Por outro lado, o legislativo nacional – talvez pelo maior foco em outros órgãos de mesma abrangência – tem figurado menos entre os emissores priorizados nas pesquisas.

Neste ponto, talvez mais do que delimitar as diferenças entre comunicação de Estado e governamental e a relação de ambas com o público e o político, é preciso reconhecer que uma mesma instituição vai produzir uma comunicação que transita nas duas dimensões. Ou seja, as iniciativas do Estado vão contemplar as práticas que atendem a qualidade da democracia (WEBER, 2011) e, ao mesmo tempo, a dimensão estratégica (MIOLA; MARQUES, 2017), por vezes com sobreposições, o que tem sido o foco de diversas pesquisas como já pontuado. As nuances da comunicação que transitam nessas duas dimensões, por exemplo, são foco de trabalhos como de Massuchin e Oliveira (2021) e Miola e Marques (2020) que demonstram em partes há prevalência da *accountability* e transparência, ao mesmo tempo de figuras políticas e uma comunicação personalizada também ganha certa evidência em determinados momentos e contextos. Ou seja, a comunicação vai ser uma disputa entre os dois campos, o público e o político, como já diziam Weber e Locatelli (2022).

E retomando a baixa prevalência da observação da sociedade civil, isso se dá mesmo depois de quase 10 anos da proposta feita por Matos e Gil (2013) de que uma “recuperação”

do conceito se daria por parte da centralidade da sociedade civil. Porém, vale mencionar que o público é foco de poucas pesquisas. Por outro lado, a comunicação proposta pelo judiciário e pelas instituições de pesquisa tem se destacado reiterando a amplitude conceitual. De modo geral, a observação a partir dos emissores indica a predominância do Estado e suas adjacências, impulsionada pelo contexto político recente e pela observação de cenários locais e regionais.

Ainda no contexto político, partindo da definição de Bobbio (2000), um dos melhores significados para democracia é o “poder em público”. Isso significa dizer que as decisões dos mandatários precisam ser evidenciadas aos governados, sendo que a transparência apresentada é o que diferencia um governo democrático de um governo autoritário. Neste sentido, pode-se dizer que o direito à informação é intrínseco à democracia e, logo, há uma estreita relação entre o jornalismo e a Comunicação Pública. Por outro lado, a imprensa comercial figurou com menor frequência no panorama considerado (1,6%).

## 6. Centralidade do conceito no desenho de pesquisa

A análise permitiu identificar, ainda, o modo como é feita a mobilização do conceito de Comunicação Pública nas pesquisas da amostra. O *paper* exigia que o termo fosse priorizado nos elementos indexadores (título, resumos e palavras-chave) e considerou-se isso como indicador de uma "promessa" a ser cumprida ao longo do texto. Assim, consideramos relevante verificar de que forma os trabalhos analisados propuseram a relação entre teoria e empiria.

Para tanto, usamos categorias que permitissem fazer alguma observação comparativa entre os trabalhos e, assim, verificar quão central é o conceito de Comunicação Pública quando mobilizado. Para isso verificamos se aparece em diversos tópicos, se é tensionado na análise dos dados, se há um tópico específico sobre o assunto ou se apenas atravessa tangencialmente a discussão. Percebeu-se que alguns trabalhos citam o termo nos indexadores, mas sem mobilização efetivamente ao longo do texto. Muitas vezes parte-se do pressuposto que tal instituição ou contexto se insere no grupo apresentado por Weber e Locatelli (2022) ou por Brandão (2012), mas a discussão que precede diz respeito a outros conceitos e abordagens.

Um segundo tipo de texto é aquele que recorre ao conceito, cita-o nos espaços de destaque, mas ao longo das páginas há apenas apresentação de conceitos de forma breve (podendo ou não haver um tópico específico), mas sem tensionamento com dados empíricos. Normalmente, o acionamento conceitual se dá de forma rápida, somente para "haver" uma definição. Por fim, outro conjunto reunia aqueles trabalhos em que, dentro do texto, havia ampla mobilização do conceito, com discussão teórica, distinções entre abordagens, posicionamento quanto às diferentes correntes e, na análise dos resultados, também havia

conexão e tensionamento com essa mobilização conceitual. Assim, foi possível dividir as possibilidades em três: baixa, média e alta mobilização do conceito de Comunicação Pública.

Do total observado, 51,6% dos trabalhos apresentaram alta mobilização. A título de ilustração, cita-se o trabalho de Costa e Gomes (2020). Os resultados, porém, demonstram que o conceito nem sempre aparece tensionado como se esperaria em pesquisas que o indicam em locais de destaque (título, palavras-chave e/ou resumo), pois há uma outra metade que, apesar de posicionar objeto a partir da Comunicação Pública, nem sempre sustenta a discussão. A baixa mobilização foi identificada em 65 estudos e 53 apresentaram uma mobilização mediana.

Esses últimos números suscitam preocupações sobre as possibilidades de avanços da área - tanto do ponto de vista teórico quanto empírico - principalmente porque com as mudanças engendradas pelas tecnologias, por exemplo, a prática da comunicação sofre transformações que precisam ser tensionadas com os conceitos, os quais muitas vezes ignoram as próprias limitações ou novas possibilidades das plataformas (MASSUCHIN; OLIVEIRA, 2021). Ou, de forma similar, há mudanças nos modos de gestão que implicam em desafios à comunicação com os cidadãos (PIMENTA, 2015). E a baixa centralidade do conceito nos textos também dialoga com a menor produção teórica sobre o assunto, como já demonstrado anteriormente, com poucas novas proposições a serem testadas.

É interessante perceber, porém, que esta classificação reúne vários trabalhos sobre empresas e emissoras públicas de radiodifusão, acesso à informação e transparência. Ou seja, que abordam aspectos da Comunicação Pública de maneira implícita. É o caso de “Comunicação Pública e qualidade da informação sobre políticas públicas para mulheres nos portais web governamentais” (ROTHBERG; GIORGI, 2017), no qual os autores realizam uma análise detalhada dos processos de abertura governamental, mas com baixa articulação com a discussão sobre Comunicação Pública e com prioridade para o tensionamento de outros conceitos. É importante mencionar, ainda, que muitos objetos analisados pela leitura da Comunicação Pública também são mobilizados na intersecção com outras áreas (Administração Pública, Direito e Ciência Política) que fazem uma observação a partir de

outras perspectivas, não tendo a Comunicação Pública como eixo central e somente propõem algum atravessamento mais tangencial.

## 7. Rede de citações engendrada nos trabalhos

Por fim, discutimos a rede de citações. Para tanto, foram selecionados os 50 artigos publicados nos periódicos<sup>16</sup>. Num total de 1.323 referências, destacam-se algumas obras mais citadas e seus autores. O primeiro dado relevante é que há uma média de 26 referências por artigo, mostrando um amplo diálogo com a literatura já existente. Mas 12 obras receberam de 5 a 11 citações. Isso indica um espraiamento das referências com baixa concentração, ainda que os autores possam ter sido citados mais vezes por conta de outras publicações. Porém, se por um lado isso indica que há pluralidade de autorias, por outro reforça que cada pesquisador ou pesquisadora se utiliza de um distinto conceito de Comunicação Pública. Ou, até mesmo, que poucas obras são denominadas como consolidadoras do campo ou "referência obrigatória".

### QUADRO 1

#### Obras mais citadas nos artigos selecionados

Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público (DUARTE, Jorge), 2007
Conceito de Comunicação Pública (BRANDÃO, Elizabeth P.), 2007, 2009, 2012
Sobre a emergência do(s) conceito(s) de Comunicação Pública (DUARTE, Jorge), 2011
A Comunicação Pública na perspectiva da teoria do reconhecimento (MATOS, Heloiza), 2011
Análise de Conteúdo (BARDIN, Laurence), 1977, 1995, 2010, 2011
Comunicação Pública, esfera pública e capital social (MATOS, Heloiza), 2007, 2009, 2012
Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol. II (HABERMAS, Jürgen), 1997, 2003
A singularidade da Comunicação Pública (MONTEIRO, Graça F.), 2007, 2009, 2012
Instrumentos de Comunicação Pública (DUARTE, Jorge), 2007, 2009, 2012
Nas redes de Comunicação Pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade (WEBER, Maria H.), 2017
O Estado de Narciso: A Comunicação Pública a serviço da vaidade particular (BUCCI, Eugênio), 2015
Por uma definição de Comunicação Pública: Tipologias e experiências brasileiras (MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil), 2017

FONTE - AUTORAS, 2023.

Algumas obras, apesar de contribuírem com as discussões do campo, não são necessariamente sobre o tema. Jürgen Habermas aparece por ser utilizado como um dos principais eixos teóricos para discutir a Comunicação Pública. E Laurence Bardin é a autora que inspira a metodologia de muitos trabalhos empíricos, o que mostra que, possivelmente, a

<sup>16</sup> Resenhas, relatos de experiências e notas foram descartados, por isso a diminuição de três textos.



presença de Maria Helena Weber, Edna Miola e Francisco Paulo Jamil Marques. Toma outra direção a referência à Graça França Monteiro, que estabelece uma relação entre a Comunicação Pública e a ciência, o que pode indicar o interesse desta abordagem nos últimos anos.

## 8. Considerações finais

O texto buscou refletir sobre as características das pesquisas que propõem uma abordagem a partir da Comunicação Pública, com base na produção científica brasileira, assinalando os objetos investigados, a centralidade do conceito nas discussões, as interfaces da temática, a distribuição da produção, dentre outros elementos que demarcam a construção do conhecimento. De outro modo, também buscava-se apontar lacunas e problemáticas. Para isso observou-se produção dos últimos 10 anos em revistas e eventos da área, totalizando 276 artigos e *papers*. Os dados foram discutidos a partir de cinco principais desdobramentos.

Os resultados mostram pesquisadores em diferentes regiões, mas com predomínio do Sudeste e do Sul. Há concentração em algumas instituições como USP, UnB, UFPR, UNESP, UFMG e UFRGS, o que tem relação com a rede de pesquisadores estabelecidas e, ainda, as conexões com orientações resultantes da atuação dos Grupos de Pesquisa. Um ponto a ser desenvolvido é a produção interinstitucional, com esforços de pesquisadores de diferentes regiões para a realização de projetos de pesquisa e de extensão conjuntos.

Quanto às abordagens e emissores, percebe-se a preponderância do Estado e suas interfaces como agente central na produção da Comunicação Pública, tal como Duarte (2011) já indicava. Com o cruzamento entre a Comunicação Pública e política (WEBER, 2011) e o reconhecimento da relação entre Comunicação Pública e institucional, pelo viés da estratégia (MIOLA; MARQUES, 2020), o foco da pesquisa recai fortemente sobre agentes e instituições do Estado. Não se trata de uma restrição do conceito, como chamariam a atenção Matos e Gil (2013), mas uma subárea que se sobressai. Os dados reforçaram, ainda, que a Comunicação Pública, de fato, é permeada por conflitos nas diferentes esferas, do Estado à sociedade (WEBER; LOCATELLI, 2022), o que foi também alavancado pelo contexto político recente.

Consolidou-se também a Comunicação Pública em âmbito digital, especialmente nos últimos cinco anos, com ênfase para as redes sociais e múltiplos objetos. Por outro lado, é preciso voltar-se para os aspectos do público e dar mais espaço para as discussões conceituais, muitas vezes lateralizadas. Para isso, também é fundamental incentivar a formação de núcleos de estudo sobre o tema para vivenciar a prática da Comunicação Pública e, assim, evidenciar resultados para confrontá-los com a teoria. Na análise percebeu-se conceitos divergentes e até

inconsistentes, como apontam Miola e Marques (2017), mas neste movimento, de acordos e desacordos, notou-se, por outro lado, marcadores do campo que se consolidaram. Se alguns promotores e subáreas carecem de mais observações, outros mostram-se estabelecidos. Ademais, nem sempre enfatizar o termo Comunicação Pública é sinônimo de tensionamento do conceito. Mas, por conta de algumas abordagens serem predominantes, a “existência” da Comunicação Pública está implícita, mesmo sem discussões conceituais.

Vale mencionar, por fim, que a amostra não considerou todas as revistas e eventos científicos que discutem a Comunicação Pública no país. A partir dos autores mais citados neste artigo, por exemplo, é possível fazer uma nova seleção de produção científica. Acredita-se, ainda, que o pesquisador contribui para a construção do seu entorno. Neste sentido, também é possível verificar periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação destes cientistas. Mas, embora limitando-se a poucos periódicos e eventos científicos brasileiros, encontramos pontos importantes para reforçar, mapear e retomar algumas discussões da Comunicação Pública em distintos contextos das organizações.

## Referências

- BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
- BRANDÃO, E. P. Conceito de Comunicação Pública. In DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo, Atlas, 2012.
- CAMELLI, B. O título – arauto da comunicação científica. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v.57, n.4, 2011, p.359.
- CARVALHO, M. M. de. A Empresa Brasil de Comunicação e o desafio da Comunicação Pública. **RECIIS**, v. 9, n. 3, 2015.
- COSTA, J. R. V. **Comunicação de interesse público: ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor**. São Paulo: Jaboticaba, 2006.
- COSTA, P. G.; GOMES, D. Comunicação Pública em tempos de pandemia: Análise da página da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão no Instagram. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador, 2020. **Anais...**, Salvador, 2020.
- CURTINOVI, J.; MESQUITA, W. De que Comunicação Pública estamos falando? Anais do Congresso de Ciências da Comunicação, Intercom, Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégicas de Comunicação, Foz do Iguaçu, XXXVII, 2014.
- DUARTE, J (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2012.
- GIL, P. G. A Comunicação Pública no desenvolvimento do turismo regional: uma questão de direitos e oportunidades de deliberação. **XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013**.
- GIL, P.; MATOS, H. A deliberação justa no mundo do possível: articulações entre Habermas, Rawls e Amartya Sen. **Compólitica**, v. 3, n. 2, p. 257-278, 2013.
- HENRIQUES, M; CALDEIRA, J. Condições de publicidade em fóruns de accountability: o potencial de mobilização de públicos para a supervisão civil. **Anais da Abrapcorp**, 2016.

- KUNSCH, M. Comunicação Pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza. **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 13-29.
- LIMA, A. Uso de resumos e palavras-chave em Ciências Sociais: uma avaliação **Encontros Bibli**, v. 13, n. 26, 2008.
- LUZ, A. J. **O desmonte da Comunicação Pública e a desdemocratização do Brasil**. Anais do Intercom, 2019.
- MASSUCHIN, M. G.; OLIVEIRA, P. A. de. De Abatiá a Xambrê: a atuação dos legislativos municipais no facebook e a presença dos conceitos de proximidade, transparência e accountability na Comunicação Pública. **E-Legis**, v. 14, n. 36, p. 167–190, 2021.
- MATOS, H. (org). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo, ECA/USP, 2012a.
- MATOS, H. **Comunicação Pública, esfera pública e capital social**. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2012b.
- MATOS, H.; PEREIRA FILHO, J.J. A participação na Comunicação Pública: para além do consenso. In: 25º Encontro Anual Da Compós, 2016, Goiânia. **Anais...Goiânia**, 2016.
- MIOLA, E.; MARQUES, F. P. J. A. Por uma definição de Comunicação Pública: Tipologias e experiências brasileiras. **Anais do VII Congresso da Compolítica**. Porto Alegre, 2017.
- MIOLA, E.; MARQUES, F. P. J. Comunicação Pública do Ministério da Saúde no Facebook: uma análise das campanhas contra o Aedes aegypti no 'verão do Zika'. **RECIIS**, v. 14, n. 1, 2020.
- OLIVEIRA, M. Interações entre Comunicação Organizacional e Comunicação Pública. Uma análise sobre ações sociais empresariais. In: VII Congresso Abrapcorp, 2013, Brasília. **Anais...**, Brasília, 2013.
- OLIVEIRA, M.; MATOS, H. Comunicação Pública nas instituições de ensino: debate e participação política na formação para a cidadania. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2016.
- OLIVEIRA, P. A. de. **De Abatiá a Xambrê: uma análise sobre a atuação dos legislativos municipais paranaenses no Facebook**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Curitiba, 2021.
- PIMENTA, L. N. A interlocução entre poder público e cidadãos na proposta de gestão compartilhada da prefeitura de Belo Horizonte. **Organicom**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 51-64, 2015.
- QUADROS, C. I.; RIBEIRO, R. R.; KOHLS, C. D.; MELO, P. G. **Participação, Cidadania e Ciência: A experiência do Pergunte aos Cientistas da Agência Escola Universidade Federal do Paraná**. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 9, n.2, 2022, pp. 81-98.
- ROTHBERG, D. O que não é Comunicação Pública? Percursos de afirmação de um campo científico. **Organicom**, v. 17, n. 32, 2020.
- ROTHBERG, D.; GIORGI, B. S. I. Comunicação Pública e qualidade da informação sobre políticas públicas para mulheres nos portais web governamentais. **Organicom**, v. 14, n. 26, p. 167-179, 2017.
- TAVARES, C.; MASSUCHIN, M.; SOUSA, L. À quem recorreremos quando falamos sobre gênero na Comunicação? **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 18, n. 51, p. 59, 2021.
- WEBER, M. H.; LOCATELLI, C. Realidade e limites da pesquisa empírica em Comunicação Pública. **MATRIZES**, v. 16, n. 1, p. 141-159, 2022.
- WEBER, M. H. Comunicação organizacional, a síntese. Relações públicas, a gestão estratégica. **Organicom**, n. 10/11, p. 70-75, 2009.
- WEBER, M. H. Estratégias da comunicação de estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, M M. K. (Org.). **Comunicação Pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011.
- WEBER, M. H. Na Comunicação Pública, a captura do voto. **Logos**, v.27, n.14, p. 21-42, 2007.
- ZÉMOR, P. Como anda a Comunicação Pública? **Revista do Serviço Público**, v.60, n. 2, p.189-195, 2009.
- ZÉMOR, P. **La Communication Publique**. PUF, Paris, 1995.